PARECER N.º /2019.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 81/2019.

OBJETO: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS RESTAURANTES, LANCHONETES E OUTROS ESTABELECIMENTOS DO SETOR GASTRONÔMICO MANTEREM AFIXADOS CARTAZES EXPLICATIVOS QUE DEMONSTREM A APLICAÇÃO DA MANOBRA QUE ESPECIFICA.

AUTORA: VEREADORA ANDRÉA MACHADO

RELATOR: VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES

1. Relatório

De iniciativa da nobre Vereadora, Andréa Machado, o Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 81/2019 tem o objetivo de dispor acerca da obrigatoriedade dos restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos do setor gastronômico de Unaí (MG) manterem afixados cartazes explicativos que demonstrem a aplicação da Manobra da Vida ou Manobra de Heimlich, compressão abdominal empregada para desobstruir rapidamente as vias respiratórias.

Cumpridas as etapas do processo legislativo o projeto de lei n.º 81/2019 foi recebido pelo Presidente da Casa e distribuído a esta Comissão para exame e parecer nos termos e prazos regimentais no dia 31/10/2019.

O Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos recebe o projeto de lei em questão e designa este Vereador Olímpio Antunes, relator da matéria, para emitir o parecer, por força do r. despacho datado de 4/11/2019, o qual teve o conhecimento do relator no mesmo data.

No dia 18/11/2019, o relator requereu prorrogação do seu prazo por mais dois dias para emitir o parecer, conforme requerimento aprovado pelo Vice-Presidente da Comissão, fls. 8.

Em 20/11/2019, a Vereadora Andréa Machado protocoliza o substitutivo nº 1 ao PL 81/2019, o qual é recebido pelo Presidente da Casa e distribuído a esta Comissão no dia 21/11/2019 para exame e parecer nos termos e prazos e regimentais.

Dessa forma, considerando que o Substitutivo nº 1 ao PL foi distribuído a Comissão de Constituição e Justiça dentro do prazo legal deste relator, o parecer se restringirá a apreciação do Substitutivo nº 1 ao PL 81/2019.

2. Fundamentação

A análise desta Comissão se restringe ao disposto no artigo 102 do Regimento Interno (Resolução nº 195, de 25 de novembro de 1992) especificamente nas alíneas “a, g e i” do inciso I, a saber:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

(...)

g) admissibilidade de proposições;

(...)

i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;

(...)

O substitutivo nº 1 ao PL em debate pretende tornar obrigatório que os restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos do setor gastronômico de Unaí (MG) afixem cartazes explicativos que demonstrem a aplicação da Manobra da Vida ou Manobra de Heimlich, a qual é uma compressão abdominal empregada para desobstruir rapidamente as vias respiratórias.

O modelo do cartaz está no anexo do Substitutivo e deverá ser impresso preferencialmente de forma colorida em papel branco e afixado em local visível com as seguintes medidas, no mínimo, 25cmx20cm.

O método hospitalar denominado Manobra de Heimlich foi adotado e difundido mundialmente como uma manobra salvadora de vidas e já é de domínio público em vários países, onde é comum encontrarmos cartazes com estas instruções, especialmente em restaurantes.

A manobra de Heimlich, inicialmente reconhecida pela Cruz Vermelha, é uma tosse artificial ou auxiliada com o intuito de expelir o objeto ou alimento da traquéia da pessoa e salvar a vida naquele momento.

Assim, a propositura é de grande relevância, já que a manobra de Heimlich é uma técnica de primeiros socorros utilizada em casos de emergência por asfixia, provocada por um pedaço de comida ou qualquer tipo de corpo estranho que fique entalado nas vias respiratórias, impedindo a pessoa de respirar.

Já quanto à competência da Vereadora Andréa Machado para propor o projeto de lei em questão, entende-se que a matéria abordada não insere entre aquelas cuja iniciativa está reservada ao Chefe do Poder Executivo enumeradas nos arts. 69 e 96 da Lei Orgânica Municipal, bem como nos arts. 61, §1º, II, 84, III e 165 da Constituição Federal.

Além do mais, cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, conforme inciso I do art. 30 da Carta Magna.

Outra questão é a manifestação do poder de polícia administrativa do Município, cuja definição encontra-se no art. 78 do Código Tributário Nacional:

“Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966)

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder”.

Hely Lopes Meirelles, ao lecionar sobre a polícia administrativa, na modalidade polícia das atividades urbanas em geral, ensina que tal poder é inerente ao Município para a ordenação da vida urbana, nas suas exigências de segurança, higiene, sossego e bem-estar da coletividade.

Entende-se que o efetivo exercício do poder de polícia reclama, a princípio, medidas legislativas que servirão de base para uma futura atuação concreta da Administração nessa condição, razão pela qual é comum afirmar que a polícia administrativa se desdobra em uma competência legislativa e uma competência administrativa.

Ademais, este relator entende que a propositura atende aos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade e assim não afronta o princípio da livre iniciativa insculpido no caput do art. 170 da Constituição Federal.

Todavia, é importante registrar que o uso excessivo de cartazes como mecanismo de divulgação de informações relevantes traz consequência diametralmente oposta a que se visa atingir. Isso porque um cartaz só atende a sua finalidade se não houver vários outros próximos afixados, pois o excesso de cartazes enseja uma poluição visual e não mais o fornecimento de uma informação adequada ao consumidor. Logo, se a propositura for aprovada, espera-se que os estabelecimentos cumprem a norma e fixem os cartazes em local visível, como dispõe o artigo 2º do PL.

Dentro deste contexto, este relator entende que não há vício de iniciativa e que o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 81/2019, o qual determinada a afixação de cartazes informativos com o objetivo de levar ao conhecimento de toda a população a manobra Heimlich, é medida útil em casos de asfixia após o engasgo com alimentos, através de uma tosse provocada, cuja eficácia já foi reconhecida pela Cruz Vermelha.

Assim, é manifesto o interesse público a ser tutelado sob o fundamento do latente interesse local combinado com o poder de polícia do Estado.

3. Conclusão

Em face do exposto, opina-se pela aprovação do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 81/2019.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 21 de novembro de 2019; 75º da Instalação do Município.

VEREADOR OLIMPIO ANTUNES

Relator Designado